



# CAO CONSUMIDOR

BOLETIM INFORMATIVO



# Editorial

O CAO Consumidor apresenta a 5ª edição do Boletim Informativo de 2025, reunindo os principais destaques que marcaram o cenário da defesa do consumidor nas últimas semanas.

Nesta edição, você encontrará um apanhado das principais atuações do Ministério Público na repressão a práticas abusivas, além de decisões judiciais de impacto que vêm influenciando o cenário da proteção ao consumidor no país. Também trazemos uma análise atualizada sobre as recentes alterações legislativas no campo do Direito do Consumidor.

O cenário continua desafiador, e por isso reforçamos nosso compromisso com a construção de relações de consumo mais justas, seguras e conscientes. Este boletim é feito por muitas mãos – e pode ser ainda melhor com a sua. Envie sugestões, compartilhe conosco suas ideias e nos ajude a fortalecer essa rede de proteção ao consumidor.

Equipe Cao Consumidor

# Sumário

Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais	<u>4</u>
Atuação do Ministério Público Federal	<u>6</u>
Atualizações do STJ e STF	<u>7</u>
Decisões dos Tribunais	<u>8</u>
Novidades Legislativas	<u>9</u>
Notícias Gerais	<u>10</u>
Cultura	<u>11</u>

## Equipe Técnica

### **Carlos Henrique Richter**

Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Consumidor;

### **Andreia Monte Alegre Bezerra de Menezes**

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO-Consumidor

### **Jessica Brenda Steinbach do Carmo**

Auxiliar Ministerial

### **Alessandro Aparecido da Silva**

Residente

# Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

- **MPSC: MP de Santa Catarina firma acordos com empresas de Santo Amaro da Imperatriz para garantir segurança alimentar da população:** Segurança alimentar e saúde para a população, qualificação e regularização para os comércios de alimentos. Esses foram os benefícios à sociedade de Santo Amaro da Imperatriz a partir da atuação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio da 2ª Promotoria de Justiça da comarca e do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal - POA. [Íntegra aqui.](#)
- **MPGO: MP- Procon Goiás definem estratégias para ampliar o Projeto Consumidor Cidadão:** O Ministério Público de Goiás (MPGO) e a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon Goiás) realizaram, no dia 28/04, reunião para debater a continuidade e a expansão do Projeto Consumidor Cidadão. [Íntegra aqui](#)
- **MPPB: MP-Procon da Paraíba recomenda e contratos de serviços educacionais são alterados em CG:** Vinte e sete escolas privadas de Campina Grande alteraram seus contratos em atendimento à recomendação da Diretoria Regional do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público da Paraíba (MP-Procon) para a modificação de cláusulas consideradas abusivas. [Íntegra aqui.](#)
- **MPMG: Banco é multado pelo MP-Procon de Minas Gerais por desrespeitar direito do consumidor à informação:** O Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), multou em R\$ 75.364,17 a agência do Banco Itaú Unibanco S/A situada na avenida Professor Mário Werneck, no bairro Burity, em Belo Horizonte, pela ausência de informativo sobre o local onde a cadeira de rodas possa ser retirada. Embora tenha sido oferecida ao fornecedor uma proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Transação Administrativa (TA), esses não foram aceitos. [Íntegra aqui.](#)
- **MPPB: Operação autua sete postos de combustíveis e interdita revenda de gás, em CG**  
O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado da Paraíba (MP-Procon), através da sua diretoria regional, promoveu fiscalização, nos dias (13 e 14/05), que resultou na autuação de sete postos de combustíveis e na interdição de uma revenda de gás GLP. [Íntegra aqui.](#)

# Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

- **MPSC: MP Santa Catarina cobra resposta da Celesc sobre falta de energia em Garuva:** É impossível para nós, empresários, e às famílias que vivem aqui, conseguirmos ter uma vida normal. São alimentos perdidos e todo o transtorno que a falta de luz causa. Isso ocorre pela demora no restabelecimento desse serviço. Além disso, a rede é antiga, os fios quebram e todo o bairro fica sem luz", desabafou o empresário Daniel Cechet, de Garuva, morador do bairro Mina Velha, sobre a frequente falta de energia na região. [Íntegra aqui.](#)
- **MPRO: MP de Rondônia ajuíza ação com pedido de liminar para garantir melhorias no fornecimento de energia a Setor Chacareiro em Ji-Paraná:** O Ministério Público de Rondônia (MPRO) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Distribuidora de Energia – Energisa/RO promova melhorias no fornecimento de energia no Setor Chacareiro do Anel Viário, em Ji-Paraná. A comunidade local apresenta um histórico de queixas coletivas relacionadas a oscilações e apagões na região. [Íntegra aqui.](#)
- **MPBA: MP da Bahia aciona empresas de locação de veículos por irregularidades em programa de seguro:** O Ministério Público da Bahia, por meio da promotora de Justiça Joseane Suzart, ajuizou ação civil pública, na última terça-feira, 20, contra a Audi Brasil e LM Transporte. Foi solicitado que a Justiça determine às empresas a regularização dos contratos de locação de veículo quanto ao seguro oferecido no programa "Audi Signature". [Íntegra aqui.](#)
- **MPPE: MP de Pernambuco recomenda suspensão de vendas de empreendimento que teve licenças anuladas; direito de arrependimento deve ser assegurado:** Após a Prefeitura de Ipojuca anunciar a anulação das licenças ambientais e urbanísticas do empreendimento Maracaípe Beach Living, em cumprimento a recomendação do Ministério Público de Pernambuco ([MPPE](#)), a 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca expediu recomendação com o intuito de proteger os direitos dos consumidores que já adquiriram unidades do referido empreendimento imobiliário. [Íntegra aqui.](#)
- **MPAP: MP do Amapá coordena operação conjunta de fiscalização em Oiapoque para proteger o consumidor e garantir segurança sanitária:** Nos dias 21 e 22 de maio, o Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Oiapoque, coordenou uma ação conjunta de fiscalização naquele município. A operação teve como objetivo verificar a validade e as condições de armazenamento de produtos comercializados em estabelecimentos da cidade e do distrito de Vila Vitória. [Íntegra aqui.](#)

# Atuação do Ministério Público Federal

- **MPF cobra adequação de painéis publicitários em passarelas na BR-101 em Santa Catarina:** O Ministério Público Federal (MPF) enviou ofício à empresa Vex Painéis para adequar os anúncios publicitários instalados pela empresa em passarelas na BR-101, em Balneário Camboriú (SC). O objetivo é melhorar a segurança de moradores e pedestres, que enfrentam problemas como falta de iluminação, manutenção e a presença constante de usuários de entorpecentes no local. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF recomenda ao INSS a devolução de valores descontados indevidamente sem autorização prévia:** O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que devolva todos os valores descontados indevidamente de benefícios previdenciários e assistenciais, referentes a mensalidades associativas não autorizadas pelos beneficiários. A medida abrange tanto os descontos efetuados em abril de 2025 quanto os realizados em períodos anteriores. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF cobra atuação mais firme da ANS contra cancelamento indevido de planos de saúde, em audiência no Senado:** Em audiência pública realizada no dia 8 de maio no Senado Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), alertou sobre as irregularidades na rescisão unilateral de planos de saúde, principalmente os coletivos, realizada por operadoras. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF: A pedido pelo MP Federal, Justiça proíbe CEF de cobrar juros antes de liberar valor do empréstimo:** Após ação do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou que a Caixa Econômica Federal só poderá cobrar juros em contratos de empréstimo com garantia de alienação fiduciária de imóvel a partir do 31º dia após o depósito do valor na conta do mutuário. A ação civil pública foi proposta pelo MPF após identificar a cobrança indevida de encargos antes da liberação efetiva do dinheiro ao cliente. [Íntegra aqui.](#)

# Atualizações STJ e STF

- **STJ: Corretora e empresa de pagamentos não respondem por atraso na entrega de imóvel, decide Terceira Turma:** A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que a corretora responsável pela intermediação da venda e a empresa de pagamentos que processou a respectiva transação financeira não podem ser responsabilizadas por eventual atraso na entrega de imóvel. [Íntegra aqui.](#)
- **STJ: Informativo de Jurisprudência destaca que MP não pode solicitar relatórios ao Coaf sem autorização judicial:** A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou a [edição 850 do Informativo de Jurisprudência](#). A equipe de publicação destacou dois julgamentos nesta edição. No primeiro processo em destaque, a Terceira Seção, por maioria, fixou duas teses. [Íntegra.](#)
- **STF prorroga em 24 meses prazo para novas adesões de poupadores em acordo dos planos econômicos:** O Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade dos planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, analisada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165. [Íntegra.](#)

# Decisões dos Tribunais

- **TJMA: Justiça do Maranhão obriga operadora de telefonia celular a devolver valores a clientes prejudicados:** Devido a problemas como ausência de sinal, queda das ligações e não estabelecimento de chamadas, uma operadora de telefonia celular deverá pagar R\$ 40 milhões de danos morais coletivos e R\$ 1 mil de dano moral individual, para cada consumidor do Plano "Infinity" prejudicado. [Íntegra aqui.](#)
- **TJMT: Plano de saúde é obrigado a restabelecer cobertura a criança com autismo, decide Justiça de Mato Grosso:** A Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso manteve, por unanimidade, decisão que obriga uma operadora de plano de saúde a restabelecer a cobertura a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mesmo após a rescisão unilateral de contrato coletivo. [Íntegra aqui.](#)
- **TJSP: Operadora deve autorizar congelamento de óvulos de paciente em quimioterapia, decide Justiça de São Paulo:** A 42ª Vara Cível da Capital determinou que operadora de plano de saúde custeie gastos relacionados à manutenção da criopreservação dos óvulos de mulher em tratamento quimioterápico. A requerida deverá, ainda, ressarcir os valores dispendidos pela autora durante procedimento de extração e congelamento dos óvulos em clínica particular. [Íntegra aqui.](#)
- **TJMT: Justiça de Mato Grosso mantém limite de reembolso para internação em hospital não credenciado em plano de saúde:** A Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) julgou recentemente um recurso envolvendo o direito ao reembolso de despesas médicas em hospital de alto custo fora da rede credenciada de plano de saúde. A decisão, unânime, manteve a sentença que limitou o reembolso aos valores previstos na tabela contratual da operadora. [Íntegra aqui.](#)

# Novidades legislativas

## **PL 5330/2019:**

Ementa: Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre contratos de compra de imóvel na planta no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

## **PL 4371/2023:**

Ementa: Torna obrigatória a distribuição das datas de vencimento opcionais para débitos com concessionárias de serviço público entre a primeira e a segunda quinzena do mês.

## **PL 348/2025:**

Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições da oferta na entrega de produtos e na execução de serviços, nas contratações efetuadas no comércio eletrônico.

# Notícias Gerais

➤ **CNDL: 15,5 milhões de consumidores sofreram golpes financeiros nos últimos 12 meses, aponta CNDL/SPC Brasil:** A cada dia surgem novos golpes financeiros que exigem do consumidor atenção e cuidado constantes. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, mostra que 41% dos entrevistados sofreram alguma fraude ou alguma tentativa de fraude em instituições financeiras nos últimos 12 meses, representando aproximadamente 15,5 milhões de consumidores. [Íntegra aqui.](#)

➤ **Gov-MT: Comissão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprova projetos que reforçam direitos dos consumidores:** A Comissão de Defesa do Consumidor e Contribuinte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, no dia 22 de maio, sua terceira reunião ordinária de 2025. Os parlamentares analisaram 14 projetos de lei, 13 receberam parecer favorável e apenas um foi retirado de pauta. A reunião foi presidida pelo deputado Faissal Calil (Cidadania), com a presença dos deputados Dr. João (MDB) e Chico Guarnieri (PRD) on-line. [Íntegra aqui.](#)

➤ **Agência Gov: Bets acumulam queixas como atraso em prêmios e publicidade enganosa, alerta Senacon:** Com promessas de lucros fáceis, celebridades como garotos-propaganda e forte presença na mídia, as plataformas de apostas esportivas (bets) se multiplicaram no Brasil. Diante do crescimento desordenado, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) alerta: o setor apresenta sérios riscos aos cidadãos. "O cenário é preocupante. Muitos brasileiros são atraídos por promessas ilusórias de ganhos rápidos, em um ambiente pouco transparente e, por vezes, abusivo", afirma Wadih Damous, secretário Nacional do Consumidor. [Íntegra aqui.](#)

➤ **Gov: Governo Federal reforça compromisso de proteger usuários de internet e enfrentar ilícitos on-line:** Durante o 5º Congresso Brasileiro de Internet, em Brasília (DF), representantes do Governo Federal destacaram os avanços e os princípios que norteiam as propostas de responsabilização do ambiente digital. No painel O Que Esperar do Executivo na Regulação Digital, a secretária de Direitos Digitais (Sedigi), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Lílian Cintra de Melo, apresentou uma visão integrada e responsiva às necessidades da sociedade brasileira. [Íntegra aqui.](#)



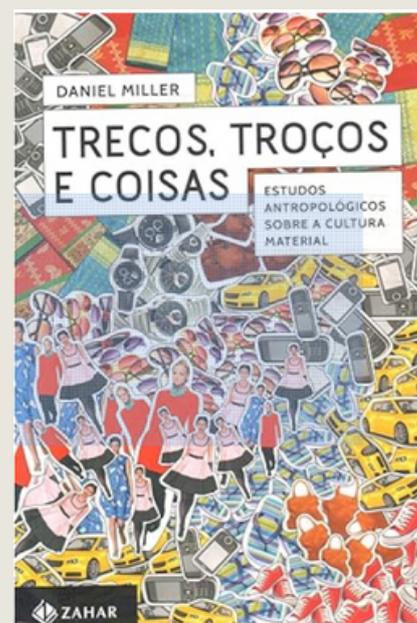
## O Verdadeiro Custo - Documentário

Esta é uma história sobre roupas. Trata das roupas que usamos, das pessoas que as produzem e do impacto que a indústria da moda está causando em nosso mundo. O preço das roupas vem diminuindo há décadas, enquanto os custos humanos e ambientais aumentaram drasticamente. Um filme que levanta o véu sobre essa história não contada e nos convida a refletir: quem realmente paga o preço pelas nossas roupas?



## Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material - Daniel Miller

Para um sem-teto em Trinidad, é absolutamente fundamental dispor de dez pares de sapatos; nessa sociedade o ser é definido por aquilo que veste. O elegantíssimo sári manuseado com maestria pelas mulheres indianas não é apenas um índice de status; de tal forma ele se integra à vida feminina que lhe serve de meio de vida e de morte. A generalização do uso de telefones celulares entre as famílias pobres da Jamaica reforça a construção de redes de relações sociais básicas para a sobrevivência cotidiana. Reunindo uma série de ensaios elaborados a partir de pesquisas realizadas em diversas partes do mundo, o antropólogo britânico Daniel Miller afirma que nossos trecos, troços e coisas nos fazem na mesma medida em que são feitos por nós. Ao mesmo tempo em que propõe novos métodos de investigação da cultura material - em diálogo com os clássicos Marshall Sahlins e Mary Douglas -, Miller nos alerta para os riscos de analisar a cultura do outro segundo os valores da nossa própria cultura.



SUGIRA,  
COMPARTILHE,  
PARTICIPE!

Já estamos preparando a próxima edição e queremos contar com você! Mande suas sugestões até 25.6.2025 e ajude a tornar o boletim ainda mais interessante!

[cao.consumidor@mpmt.mp.br](mailto:cao.consumidor@mpmt.mp.br)



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**CAO de Defesa do Consumidor**

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)